

Os pesos e contrapesos da balança comercial

por Cyro Franklin Andrade
de São Paulo

Terminado o primeiro semestre, o déficit comercial brasileiro, de US\$ 282 milhões, frente a US\$ 2 bilhões em igual período de 1980, ganha os contornos de uma verdadeira vitória, talvez o mais expressivo êxito da política econômica desde o princípio de 1981.

Como será a segunda metade do ano? Tradicionalmente, é nesse período que as exportações refletem os picos da comercialização das safras. Além disso, em Brasília a equação da balança comercial inclui, como variáveis a favor de contas mais otimistas, a suposição de que não há, no exterior, estoques significativos de café, açúcar, cacau ou soja, assim como a previsão de que as taxas de juros devem cair dos níveis em que hoje se encontram — deixando, portanto, de inibir a contratação de novos negócios. As geadas, além disso, vieram acrescentar nova pitada de vigor aos preços antes debilitados do café e do açúcar, particularmente.

Do lado dos manufaturados, acredita-se nos gabinetes governamentais que a instituição do crédito-prêmio do IPI, de 15%, decidida em abril, venha a mostrar toda sua força catalisadora de vendas nos próximos meses, depois de um período de aclimatação burocrática. A manutenção do ritmo de desvalorizações cambiais, por sua vez, acompanhando de perto a evolução dos preços internos, constituiria outro elemento de estímulo. A inflação externa ficaria como um ganho extra para o exportador, observou recentemente o secretário geral do Ministério da Fazenda, Carlos Viacava.

Quando se fala de perspectivas da balança comercial, contudo, o papel negativo exercido pela retração da atividade econômica nos países desenvolvidos é outra variável que não pode ser esquecida, não faltando, ainda, principalmente nos meios empresariais, a menção aos efeitos deletérios que o recente fortalecimento do dólar frente às outras moedas fortes poderá continuar causando sobre as pretensões brasileiras no mercado europeu e japonês.

O presidente da Associação de Exportadores Brasileiros (AEB), Laerte Setúbal, é taxativo: "Os exportadores de manufaturados estão no limite de seu esforço. Não há condições para cobrir a diferença para menos das vendas de produtos primários". Em sua opinião, a taxa de câmbio

"realista" tem ajudado bastante, mas há ainda uma defasagem de 12% a cobrir, para que o cruzeiro desça a seu valor real. De todo modo, segundo Setúbal, as receitas dos exportadores experimentaram uma atualização e os custos já não param de crescer das disparidades de antes. Nesse contexto, a AEB, tendo como definitivas as premissas que devem determinar o fechamento da balança comercial este ano, desde já se volta para o ano de 1982: "O futuro dos manufaturados está na área da ALALC", diz Setúbal, anunciando que a entidade se prepara para apresentar um programa "de abertura de portas" na região, em termos essencialmente mercadológicos.

Para ficar em 1981, porém, o presidente da AEB prevê "certa reversão de expectativas quanto ao segundo semestre". Não deverá haver uma virada completa, é certo, mas "já existe uma visão de que pode ser melhor do que a primeira metade do ano". Caberia aos produtos primários dar o impulso maior nesse sentido. Setúbal situa as previsões da AEB em exportações de US\$ 24,5 bilhões — no meio, portanto, das duas estimativas menos "otimistas" apresentadas pelo governo em janeiro, de US\$ 25 bilhões e US\$ 24 bilhões — e razoavelmente longe da mais "ótima", de US\$ 26 bilhões. As vendas de produtos primários somariam US\$ 9,5 bilhões, segundo a AEB, com um crescimento de 15,6% sobre o ano passado, enquanto os industrializados chegariam a US\$ 15 bilhões (como previu o governo), dos quais US\$ 3 bilhões corresponderiam a semimanufaturados (aumento de 20,6%) e US\$ 12 bilhões a manufaturados (mais 33,0%). As importações apresentariam um total, em dezembro, de US\$ 25 bilhões (estimativa igual à oficial, no princípio do ano), com um aumento de 29,0%. As exportações, globalmente, cresceriam 23,8%.

No princípio de julho, o secretário geral do Ministério da Fazenda apresentava estimativas bem mais modestas que as levadas ao Conselho Monetário Nacional em janeiro. Viacava preferia falar em exportações e importações equilibradas em torno da cifra de US\$ 23 bilhões, frisando que eventual superávit, seja de US\$ 100 milhões ou US\$ 500 milhões, determinado pela melhora das cotações de produtos primários, comporia, com a primeira alterna-

tiva, um quadro de possibilidades, cuja concretização seria até mais importante do que se chegar a US\$ 26 bilhões em exportações. Isso, tendo-se em conta o desaquecimento da economia internacional e o acirramento do protecionismo no comércio.

As contas de Viacava mostram, do lado das importações, simplesmente nenhum crescimento, ou quase isso, em relação ao ano passado, quando se chegou a US\$ 22,96 bilhões. O petróleo não exigiria dispêndio acima de US\$ 9,7 bilhões (US\$ 5,2 bilhões no primeiro semestre), previsão que praticamente se iguala à do princípio do ano e se fundamenta na virtual estabilização dos preços e contenção do consumo. Deverá concentrar-se nos demais itens da pauta de importações, portanto, o achatamento que levaria à marca final de US\$ 23 bilhões, aproximadamente.

No primeiro semestre, essas importações tiveram uma redução de 6,6% em valor, em relação ao mesmo período do ano passado, respondendo, em grande parte, pelo continuado abrandamento do déficit comercial, até que se chegasse aos US\$ 282 milhões, em junho. Enquanto isso, a ocorrência de grandes safras mundiais de café, açúcar e cacau fazia cair substancialmente os preços desses produtos, impedindo que dessem contribuição maior à expansão global do valor das exportações.

Sem dúvida, a retração da atividade industrial no País, associada à utilização de matérias-primas estocadas desde o ano passado — inclusive como forma de as empresas fazerem frente ao encarecimento do dinheiro —, explica aquele recuo das importações no primeiro semestre.

Para Viacava, não se chegará à reposição plena de estoques, embora as importações devam voltar a seu ritmo normal.

Laerte Setúbal procura pautar seu raciocínio por uma visão de horizonte mais abrangente, que, inclusive, ajuda a compreender por que encara com naturalidade os números de sua primeira revisão de perspectivas da balança comercial para este ano, feita após as geadas de julho, e que não só mantêm as importações em US\$ 25 bilhões, como também desembocam num eventual déficit em torno de US\$ 500 milhões. O presidente da AEB prefere dizer que "nossa modelo é importador, e não exportador, como se costuma afirmar".